

Financiamento da educação: representações sociais elaboradas por estudantes do curso de pedagogia

Giovanna Barroca de Moura ⁱ 

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Márcia Cristiane Ferreira Mendes ⁱⁱ 

Centro Universitário Uninta, Sobral, CE, Brasil

Ercules Laurentino Diniz ⁱⁱⁱ 

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Carlos da Silva Cirino ^{iv} 

Universidade Estadual da Paraíba, Araruna, PB, Brasil

Valdinélia Virgulino de Souza ^v 

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

1

Resumo

O financiamento público é um dos assuntos mais importantes relacionados com as políticas de educação. Este estudo tem como objetivo principal apreender as representações sociais dos alunos de pedagogia de universidade pública e privada da capital paraibana acerca do financiamento da educação. A abordagem metodológica é a mista e a amostra foi não-probabilística e de conveniência, formada por 180 universitários, sendo a maioria de universidade pública (58,9%) que afirmam ter um conhecimento mediano acerca do financiamento da educação. Os resultados encontrados demonstraram que o conhecimento dos estudantes sobre Financiamento da Educação como Política Pública está relacionado ao *Fundeb*, *Fies*, *programa*, *governo*, *recurso*. A leitura da representação social dos estudantes de pedagogia pode ampliar as condições para a identificação da participação destes atores sociais nas discussões das políticas de financiamento.

Palavras-chave: Financiamento da Educação. Representação social. Estudantes de Pedagogia.

Funding of Education: Social Representations Elaborated By Students Of The Pedagogy Course

Abstract

Public funding is one of the most important issues related to education policies. This study has as main objective to apprehend the social representations of pedagogy students from public and private universities in the capital of Paraíba about education financing. The methodological approach is a mixed one and the sample was non-probabilistic and of convenience, formed by 180 university students, the majority of whom were public universities (58.9%) who claim to have an average knowledge about education funding. The results found demonstrated that the students' knowledge about Education Financing as Public Policy is related to *Fundeb*, *Fies*, *program*, *government*, *resource*. Reading the social representation of pedagogy students can expand the conditions for identifying the participation of these social actors in discussions of financing policies.

Keywords: Financing Education; Social representations; Pedagogy Students.

1 Introdução

2

As discussões sobre a educação e sobre o financiamento da educação não são algo recente. Desde a inserção europeia no Brasil a manutenção das escolas tem sido precária e problemática. Passadas as longas décadas dessa intervenção educacional, cultural, econômica e social, ainda se demonstra preocupante o financiamento destinado ao ensino público. Apesar de ter havido alguns avanços com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), os valores desses repasses e a desvalorização dos professores quanto aos aspectos remunerativos continuam defasados. Então, se a educação não é uma preocupação nacional, os recursos também não se tornam prioridade para a sua melhoria. Segundo Kang (2011), embora o atraso educacional fosse percebido há muito tempo pelos políticos brasileiros, houve pouco esforço ao longo das décadas para melhorar a situação educacional do país, principalmente nos níveis básicos de ensino.

Nesse sentido, percebemos a complexidade dessa temática ao longo da história quando se trata de recursos financeiros. Esse tema vem sendo palco para discussões nos cenários educacionais através de grupos de trabalho e linhas de pesquisas no âmbito acadêmico. No caso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), existe o grupo de trabalho (GT) Estado e Política Educacional e a Revista Brasileira da Educação. Sobre as revistas que abordam a temática, a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) tem como foco principal a luta por uma educação de qualidade e por um financiamento adequado.

Dessa maneira, o financiamento da educação provém da tripla vinculação: público, privado e dos cidadãos. Convencionalmente, entre os atores educacionais - os gestores educacionais, os profissionais da educação, os pais e os estudantes e a comunidade local - há a crítica de que os recursos financeiros destinados à educação são mal utilizados, mal fiscalizados e desviados para outras áreas. Entretanto, muitos deles desconhecem o papel do financiamento da educação, sua origem, as leis que o

regulam, os mecanismos de fiscalização e as responsabilidades federais, estaduais e municipais.

Desse modo, a luta por melhoria na educação superior deveria ser incutida de maneira significativa na formação de pedagogos e licenciados e na prática pedagógica dos professores. Considerando que nos espaços de formação, como as graduações, o entendimento quanto às vinculações dos impostos à educação ainda é complexo por ser pouco discutido, o debate sobre o financiamento da educação básica é fundamental na formação inicial do professor, especificamente no contexto do curso de pedagogia, a fim de munir esse futuro docente de conhecimentos básicos que o permitam, cada vez mais e com maior autonomia, lutar por uma educação de qualidade para todos. Segundo Demo (1994), é equivocado pretender confronto dicotômico entre qualidade e quantidade, pela razão simples de que ambas as dimensões fazem parte da realidade e da vida. Não são coisas estanques, mas facetas do mesmo todo. Por mais que possamos admitir qualidade como algo “mais” e mesmo “melhor” que quantidade, no fundo uma jamais substitui a outra, embora sempre seja possível preferir uma a outra.

Assim, para o aprofundamento da pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa, tomando como parte importante para o aprofundamento teórico-metodológico a teoria das Representações Sociais, que trata dos saberes do senso comum utilizados pelos indivíduos para compreender e atuar no mundo em que vivem. O estudo se justifica na perspectiva que a leitura das representações sociais dos alunos pode ampliar as condições para a compreensão e participação deles nas discussões das políticas de financiamento. Entendemos que estudos que permitam conhecer as representações sociais dos estudantes de pedagogia a respeito da temática do financiamento da educação tornam-se relevantes porque, de posse de seus resultados, as instituições formadoras podem ter um ponto de partida para reconstruírem ou repensarem suas práticas docentes. Mesmo reconhecendo a relevância da temática, percebemos a ausência de estudos na área que nos propomos a investigar, isto porque as dimensões simbólicas dos estudantes de pedagogia sobre o financiamento da educação são pontuais no cenário educacional brasileiro.

Como objetivo principal, este estudo busca apreender as representações sociais dos alunos de pedagogia de universidade pública e privada da capital paraibana acerca do financiamento da educação. Os objetivos específicos desta pesquisa são: 1) Identificar o perfil sociodemográfico dos estudantes de pedagogia das universidades pública e privada do município de João Pessoa; e 2) Assinalar as similitudes e diferenças das representações sociais expressas nas falas dos estudantes de pedagogia tendo em conta o tipo de universidade, a expertise com o tema do financiamento da educação e se já frequentou alguma disciplina que abordou essa temática.

Averiguamos uma escassez de investigação no que se refere aos estudos sobre representação social acerca do financiamento da educação. Destaca-se, apenas, o estudo de pós-graduação em educação de Chiodini (2008), que tem como objetivo discutir a representação social dos professores sobre o financiamento da educação básica. Os resultados encontrados indicam que os professores têm representações sociais voltadas principalmente para o financiamento da educação básica enquanto política pública, valorização do professor, coisa pública e acesso e permanência do aluno na escola. O estudo revela também a fragilidade na formação (inicial e continuada) dos professores, bem como no interesse do próprio docente em obter informações sobre o financiamento da educação básica, o que dificulta a participação deste profissional em questões relacionadas ao tema.

Os estudos internacionais sobre a temática enfatizam a pesquisa de Ray e Opazo (2013), que teve como objetivo compreender as representações sociais da qualidade educativa em relação a seus fatores de melhoramento, que aparecem nos discursos dos atores da imprensa escrita no contexto do conflito estudantil no Chile, em 2011. Para a realização dessa pesquisa foi utilizado um corpo de 29 notícias da imprensa escrita chilena, de onde emergiram 79 códigos. Como resultado para uma educação de qualidade, foram relacionadas três categorias: Garantia de qualidade, Financiamento e Avaliação.

Investigamos monografias, dissertações e teses das universidades localizadas na capital paraibana, onde ocorreu esta pesquisa, sobre estudos acerca do Financiamento da Educação Básica no Brasil. Unicamente, destaca-se a pesquisa

de Santos (2015), que abordou “O Financiamento da educação infantil no contexto do FUNDEB: Limites e contradições na expansão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em João Pessoa-PB – 2007 a 2013”.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) se constituiu como uma política capaz de financiar adequadamente a expansão do atendimento à educação infantil e de financiar esse segmento no município de João Pessoa – PB. Como resultado, apontamos várias contribuições do FUNDEB para a educação infantil, tais como: recebimento de recurso público vinculados à Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, abrindo a possibilidade para o recebimento de recursos de outras fontes; a presença ou registro de recursos direcionados à educação infantil nos relatórios orçamentários de receitas e despesas sobre a educação municipal; potencialização da transição das creches que ainda não estavam vinculadas aos sistemas municipais de ensino ao seus respectivos sistemas.

Para dar aporte teórico ao estudo, foram consultadas as obras dos autores: Moscovici (1978; 2003), Coutinho e Saldanha (2005), Vala (1993) e Jodelet (2001). Outros autores possibilitaram o aprofundamento em questões referentes ao financiamento da educação básica e políticas públicas, são eles: Junior (2015), Amaral (2012), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). Esses autores propiciaram uma discussão mais aprofundada ao longo do artigo e uma compreensão quanto à destinação dos recursos financeiros para a educação, abordando um debate pertinente ao interligar esses investimentos com a melhoria da educação.

2 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao realizar o estudo sobre o financiamento da educação no Brasil, percebemos o quanto a pesquisa é, ao mesmo tempo, complexa e instigante. Foi nessa busca por compreender como foram instituídos legalmente os repasses financeiros para a educação que delineamos esses marcos históricos ao longo desse subcapítulo. É importante destacar que nem sempre os repasses financeiros eram suficientes para sanar todas as exigências para a manutenção das escolas e dos

professores, isto porque não havia um percentual estabelecido legalmente. Somente em 1934, por meio da constituição brasileira, é que foram destinados custeios para as escolas.

Nesse sentido, ainda na constituição de 1934, o art. 149 destaca a educação como um direito de todos: “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-las a brasileiros e estrangeiros domiciliados no País [...]”. A disposição de recursos para a manutenção da educação é explicitada no art. 156: “a União e os municípios aplicarão nunca menos de 10% e os Estados e os Distrito Federal nunca menos que 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”. Como destaca Cury (2007, p. 834):

A situação começa a se alterar a partir da Revolução de 1930, especialmente com o processo sócio-político conducente à Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Ela estabeleceu, para todos os entes federativos, a gratuidade e a obrigatoriedade do (então) ensino primário, um Plano Nacional de Educação sob Diretrizes e Bases e uma vinculação porcentual para a educação advinda da arrecadação dos impostos. Tais constrangimentos se dão dentro de um capítulo próprio em que a educação é reconhecida como direito de todos (art. 150), sendo a sua oferta sujeita ao reconhecimento e fiscalização oficiais. Importa salientar os aspectos do financiamento obrigatório. A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 156, assevera: “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”.

Em um contexto de golpe e regime autoritário estabelecido pelo governo de Getúlio Vargas no ano de 1937 e a implantação do Estado Novo, a constituição federal de 1937 se voltou para a formação de base dos educandos, bem como para a educação de massa, visando a inserção no mercado industrial. Segundo Cury (2007, p. 836), “a Constituição (outorgada) de 1937 retirou a vinculação constitucional de recursos para a educação, tal como ocorrerá 30 anos mais tarde, já sob outro tipo de regime autoritário”. Mesmo idealizando a educação pública por meio dos marcos legais do financiamento da educação, o sistema ainda direcionava a responsabilidade de organização de escolas de aprendizes aos filhos de operários para as indústrias e sindicatos. Além disso, os auxílios e subsídios deveriam ser concedidos pelo poder

público através da disponibilização e distribuição de bolsas de estudo em escolas privadas, como afirma no art. 130:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever da solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não poderem alegar escassez de recurso, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

7

Em 1946 observa-se, na esteira histórica, retomadas de garantias para educação. Neste contexto, foi então promulgado, um bom volume de direitos já estabelecidos na Constituição Federal de 1934. A vinculação de receita dos impostos como recursos para a educação e o direito assegurado para todos. Destaca-se ainda a distinção entre a rede de ensino público e privado, os direitos de gratuidade e, não menos relevantes, obrigatoriedade do ensino primário. Localiza-se ainda em adjacências federativas, autonomia para estados e municípios na gestão e organização dos sistemas de ensino. Em síntese, estes constituíram, alguns ganhos recuperados. Na própria constituição, os art. 166 e 169, se refere a:

Art. 166 - A Educação é direitos de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana.
Art. 169 – Anualmente, a União Aplicará nunca menos de 10% e os estados, Distrito Federal e os municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em oposição aos ganhos até então conquistados evidencia-se retrocessos na segunda metade da década de 1960, do século XX. Período conhecido como autoritário e ditatório que enfraquece a constituição de 1967. As atribuições do regime militar – caracterizado como antidemocrático – de comando militar através da chamada Emenda Constitucional n. 1 da Junta Militar, de 1969 promovem mudanças no texto constitucional, fundado a partir de Atos Institucionais. Assim, se reescreve, e se impõe, entre tantas variadas mudanças e ocorrências, uma desvinculação de recursos para estados e distrito federal, permanecendo apenas para os municípios. Estes últimos, por sua vez, já prejudicados pelo sistema tributário desigual vigente -, incorreriam em sanções na condição de não aplicação do percentual de 20% de suas

arrecadações no ensino primário de suas redes. Acerca da educação, os artigos abaixo pronunciam:

Art. 168 – A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada a igualdade de oportunidade, devem inspirar-se no princípio da unidade nacional nos ideais de liberdade e solidariedade humana.

Art. 169 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino e, a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, o qual terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 170 - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único - As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores.

8

Na Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, denominada Constituição Cidadã, estabeleceram-se as linhas mestras do financiamento da educação brasileira (AMARAL, 2012; JÚNIOR, 2015). Segundo este autor, “nessa constituição, verifica-se um inquestionável avanço no tocante à definição do direito à educação e aos instrumentos viabilizadores para que este seja assegurado”. (JÚNIOR (2015, p.19). O “direito de todos e dever do Estado e da família” ficou consubstanciado no artigo 205. Dessa forma, ficou estipulado que a educação, como dever do Estado e da família, deve ser financiada com recursos públicos arrecadados da população brasileira e com recursos oriundos diretamente das famílias por meio de pagamentos de mensalidades (AMARAL, 2012).

A CF, em seu artigo 212, estabeleceu uma vinculação do mínimo de recursos financeiros dos impostos arrecadados da população que deveriam ser aplicados nas escolas públicas do país. A vinculação da União, Estado, Distrito Federal e Município devem aplicar um percentual mínimo em educação:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL/ CF, 1988).

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), todo brasileiro rico ou pobre, empregado ou desempregado, paga tributos, taxas e impostos, desde seu nascimento

até a morte. Conforme os autores supracitados, os tributos são receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseando-se em seu poder fiscal, que é disciplinado por normas do direito público. Há impostos federais, estaduais e municipais.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, são exemplos de impostos federais:

- a) Imposto de Renda - Imposto sobre o acúmulo de renda (ou rendimento). O tributário é caracterizado pela pessoa física ou jurídica que acumule renda que supere o valor determinado pela União;
- b) Imposto de Importação (II) – Incide sobre as mercadorias estrangeiras que se destinam ao comércio no Brasil;
- c) Imposto de Exportação (IE) – Incide sobre mercadorias que saem do Brasil para outros países;
- d) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Incide sobre operações de crédito, de câmbio, com seguros, imobiliárias, etc;
- e) Imposto sobre produtos industrializados (IPI) – Incide sobre produtos industrializados nacionais ou estrangeiros;
- f) Imposto territorial Rural (ITR) – Incide sobre a posse de imóvel com determinada dimensões e especificidades que estão situados na área rural.

A União deve usar 18% desses impostos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino (MDE). O governo federal deve aplicar 6% na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo, repasses que contribuem para manutenção das escolas e do cumprimento das metas.

A constituição Federal de 1988, no artigo 212, explicita como deve ser usado o fundo de manutenção para escolas, tornando-se um marco histórico, já que até então não existia um percentual fixo para a educação. A determinação legal estabelece o que não pode ser permutado. Assim, o art. 212-A afirma: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais”. Ou seja, a

Constituição exige que os municípios apliquem ao menos 25% de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da Educação. A lei é a mesma para os estados e, no caso da União, o percentual mínimo era de 18% até 2017. A Emenda Constitucional 95, conhecida como lei do teto, estipulou que, a partir de 2018, a União investirá o mesmo valor de 2017 mais o acréscimo da inflação do ano anterior medida pelo IPCA. Isso significa que o investimento em educação não acompanhará o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Conforme Amaral (2012), a União transfere aos Estados 21,5% do Imposto sobre o Produto Industrializado (IPI), 25% do Imposto sobre Renda (IR) e 30% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Com relação aos Municípios, a União transfere 22,5% do Imposto sobre o Produto Industrializado (IPI), 23,5% do Imposto sobre Renda (IR), 70% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e 50% do Imposto Territorial Rural (ITR).

O governo federal, para gerenciar os recursos financeiros destinados à educação, cria uma autarquia através do Ministério da Educação, que, por sua vez, planeja e executa programas que distribuem aos estados e municípios brasileiros os recursos que lhes cabem (CHIODINI, 2008). São inclusos: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático, Programa de Transporte Escolar, Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas ações do FNDE (Formação pela Escola), Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), Plano de Ações Articuladas (PAR).

Ao que se se refere aos impostos da esfera Estadual:

- a) IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores;
- b) ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Este imposto representa 80% das rendas estaduais para educação (MONLEVADE, 1997);
- c) ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – Imposto de transmissão causa mortis e de doação de quaisquer bens e direitos.

Os Estados transferem aos Municípios 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 50% do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (AMARAL, 2012; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; JÚNIOR, 2015).

Os impostos arrecadados nos municípios a serem aplicados neles próprios são:

- a) IPTU – Imposto predial e territorial urbano;
- b) ITBI – Imposto sobre transmissão de bens imóveis;
- c) IVVC – Imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- d) ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Dos impostos municipais e das transferências federais e estaduais, os municípios devem aplicar 25%, no mínimo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Pinto e Adrião (2006) afirmam que os impostos são ainda as principais fontes de financiamento da educação no Brasil, os quais devem ser considerados as receitas líquidas para a dedução da vinculação, ou seja, “para efeito de cálculo, cada nível de governo deve deduzir a parcela que transfere para outro nível e acrescer aquelas que recebe (p.34)”.

Com o objetivo de centralizar o gerenciamento dos recursos financeiros destinados à educação no que concerne ao planejamento, aplicação e prestação de contas, buscando coibir ações corruptas com os recursos da educação, foi criado por intermédio da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O FNDE se constitui como entidade pública com administração autônoma, ou seja, uma autarquia do Ministério da Educação, e tem como missão “prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros” (BRASIL, 2007). O FNDE possui sob sua competência o gerenciamento de dezesseis programas e dois fundos, os quais são as fontes de recursos para municípios, estados e Distrito Federal.

São programas que fazem parte do FNDE: Alimentação Escolar, Banda Larga na Escola, Biblioteca na Escola, Caminho da Escola, Dinheiro Direto na Escola, Transporte Escolar (PNATE), Repasses Diretos, ProInfo, Programa um Computador

por Aluno (Prouca), Prestação de Contas (Contas Online), Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano de Ação de Aceleração (PAC II), PDE Escola, Livro Didático (PNLD), Licitação e Registro de Preços. Dentre os fundos de financiamento do FNDE, destacam-se o Fies e o Fundeb. Este estudo priorizou a discussão referente a esses dois fundos, levando em consideração as representações sociais dos alunos de pedagogia.

12

A Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006, regulamentada pela Medida Provisória 339, de 29 de dezembro do mesmo ano, institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB). Votado pelo Congresso e pelo Senado, foi implantado em forma de Lei em 20 de junho de 2007 sob o número 11.494. Este fundo substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental em vigor de 1998 a 2006, que podia ser usado apenas no ensino fundamental.

A diferença básica entre o FUNDEB e o FUNDEF, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), é que o Fundeb pode ser usado em todas as etapas e modalidades da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A existência do fundo não desobriga os estados e municípios e o Distrito Federal de aplicarem o mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), ou seja, 25% da receita resultante de impostos, incluindo a proveniente da transferência.

Davies (2006, p. 758) complementa a diferenciação afirmando que é a “composição de impostos e matrículas a serem atendidas”. Para compor o fundo houve a inclusão dos impostos IPVA, ITR, ITCM, dívida ativa de impostos e multa e juros de mora, passando de 15 para 20% o valor deduzido. Através da Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, e oficializada em 12 de julho de 2001 pela Lei nº 10.260/2001, foi criado, em 1999, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Conforme Queiroz (2015), o FIES destina-se aos estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado, para os quais serão financiados até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES privadas.

Segundo Souza (2008, p. 102), essas instituições parceiras do FIES “recebem títulos do Tesouro Nacional, que podem ser trocados por dinheiro ou usados para pagar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)”. O programa é financiado atualmente da seguinte forma: um estudante que financiou todo o curso com duração de 4 anos paga, trimestralmente, o valor de até R\$ 150,00. A carência é de até 18 meses após a conclusão do curso, ao final, o saldo devedor do estudante será dividido em até 12 anos [3 x 4 anos (período financiado do curso)] (BRASIL, 2015).

Sendo este estudo uma discussão sobre as representações sociais dos estudantes de pedagogia sobre o financiamento da Educação Básica, estes fundos não podem ser negligenciados, pois são conhecimentos elaborados e partilhados socialmente, possibilitando a compreensão e a intervenção do indivíduo no meio social.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Para viabilizar a busca do conhecimento sobre o financiamento da educação e sua relação com a experiência subjetiva dos estudantes de pedagogia, o presente estudo circunscreveu-se no enfoque da teoria e metodologia das representações sociais (MOSCOVICI, 1978, 2003). Para este autor, representação social é definida como "uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos [...] (p.65) ". Para ele, as representações sociais são conjuntos simbólicos/práticos/dinâmicos cujo *status* é o de uma produção e não reprodução ou reação a estímulos exteriores, selecionando e utilizando informações a partir de repertórios circulantes na sociedade, destinadas à interpretação e à elaboração do real.

Esta teoria permite superar a divisão categórica entre o individual e o coletivo, ao previamente dado e o ativamente adquirido. Também elucida como uma coletividade assimila e interpreta novas teorias científicas ou visões de mundo e como o desenvolvimento cognitivo opera, se entrelaça e modifica ideias recebidas com a ativa apropriação de muitas dimensões do conhecimento e da consciência social (COUTINHO; SALDANHA, 2005; MORA, 2002; PÉREZ, 2007).

A introdução desse conceito gerou um novo equilíbrio entre dois grandes eixos de problematização nas ciências sociais (conhecimento/ação e indivíduo/sociedade), por ter apresentado o indivíduo como sujeito-ator indissociável dos laços sociais em que se insere. Abriu, assim, a possibilidade para outra síntese entre psicologia e sociologia, na qual o indivíduo aparece dotado de uma vontade e capacidade de ação próprias, como um sujeito pensante e, simultaneamente, imbuído de traços provenientes da sociedade que o envolve (VALA, 1993; MOSCOVICI, 1978).

Representação social é um construto voltado para o estudo do senso comum em conjunto com ideologias, atitudes e imagens sociais (JODELET, 2001). Desse modo, todo fenômeno de representação social envolve um grupo que compartilha ou distingue a respeito de determinada opinião ou posicionamento em relação a um objeto, ou seja, a um assunto relevante para a comunidade. Neste sentido, o fundante da teoria está na desmistificação da ciência como via única de apreensão, explicação e elaboração do conhecimento. Por isso, é considerada uma teoria do senso comum, pois dá visibilidade ao que denomina de conhecimento do cotidiano, elaborado e reelaborado a partir de uma lógica diferente da lógica científica.

Na atualidade, pode-se observar uma influência de pesquisadores que vêm aprofundando e descrevendo seus objetos de estudos, inclusive relativos aos temas da saúde, educação, política e cultura, fundamentados na teoria das representações sociais, em concordância com a perspectiva dinâmica, numa dimensão simbólica e metafórica, elaborada no tecido social.

Verifica-se que os estudos acerca das representações social do financiamento da educação ainda são escassos. Nesse contexto, faz-se necessário explorar esta dimensão social. A utilidade deste estudo reside no fato de que, através das representações sociais do financiamento da educação, pode-se compreender melhor o que os alunos de pedagogia pensam acerca desse assunto.

4 Metodologia

A metodologia da pesquisa tem como abordagem a mista, trabalhando com uma amostra não-probabilística, tendo em vista o caráter psicossocial de seus objetos

complexos e subjetivos, referente ao financiamento da educação contemporâneo sob a perspectiva da teoria das representações sociais.

Esta pesquisa corresponde a um estudo de campo, fundamentado na teoria das representações sociais. As análises foram empreendidas em duas universidades localizadas na cidade de João Pessoa – PB, sendo uma pública e a outra privada. Participaram do estudo 180 universitários, sendo a maioria de universidade pública (58,9%), com média de idade de 31 anos (DP= 9,47), 83,9% do sexo feminino, no qual 37,2% afirmam ter um conhecimento superficial acerca do financiamento da educação.

Os instrumentos foram aplicados de acordo com a ordem que segue abaixo.

4.1. Questionário Sociodemográfico

Este instrumento foi utilizado com a intenção de obter um perfil característico da amostra, além de alcançar informações necessárias para a composição das variáveis fixas utilizadas para o banco de dados processado pelo programa computacional *Tri-Deux-Mots*.

4.2 Teste de Associação Livre de Palavras (ALP)

O Teste de Associação Livre de Palavras (ALP) é um tipo de técnica aberta que se estrutura na evocação de respostas dadas a partir de um estímulo indutor, o que permite colocar em evidência universos semânticos de palavras que agrupam determinadas populações.

O ALP foi utilizado a fim de serem estudadas as representações sociais espontaneamente partilhadas pelos membros de um determinado grupo social. Corresponde a uma medida de economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica pré-existente é, geralmente, muito concreta e organizada ao redor de alguns elementos simbólicos simples. Eles substituem ou orientam imediatamente a informação objetiva ou a percepção real, sendo uma estrutura

submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas com as comunicações de massa.

Assim, a técnica mostra-se bastante pertinente para a proposta deste estudo, pois, segundo Abric (2001), permite a “atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas” (p. 66).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são apresentadas a análise e a discussão dos resultados obtidos pela aplicação do Questionário sociodemográfico e do Teste de Associação Livre de Palavras.

5.1 Programa *Tri-Deux-Mots*

Com o propósito de apreender as representações sociais dos alunos do curso de Pedagogia de universidade pública e privada acerca do financiamento da educação, os dados advindos da associação livre de palavras foram processados no programa computacional *Tri-Deux-Mots*. O referido programa foi utilizado com o desígnio de representar graficamente a aproximação, as variáveis fixas e a variável de opinião apresentadas pelos participantes desta pesquisa. Tais variáveis foram constituídas a partir do questionário sociodemográfico e das evocações dos alunos face ao estímulo indutor na associação livre. A codificação dessas variáveis adotou o modelo apresentado a seguir:

Tabela 4. Codificação das variáveis fixas e de opinião utilizadas para a composição do banco de dados para o processamento de análise no *software Tri-Deux-Mots*.

Variável de opinião – Estímulo indutor		
1=Financiamento da Educação		
Variáveis Fixas		
Tipo de Universidade	Grau de conhecimento acerca do financiamento da educação	Alguma disciplina que abordou sobre a temática do Financiamento da Educação?
1- Pública	1 – Muito Pouco	1- Sim
2 -Privada	2 – Pouco	2- Não
	3- Mediano	
	4- Satisfatório	
	5- Muito satisfatório	

Fonte: Elaboração própria (2021).

O processamento dos dados pelo *software* permitiu a Análise Fatorial de Correspondência das evocações dos estudantes frente aos estímulos indutores com as maiores cargas fatoriais coligadas às variáveis sociodemográficas já mencionadas (COUTINHO, 2005; SARAIVA, 2007). Deste modo, foram registradas 757 palavras inscritas como respostas dos participantes aos estímulos; destas, 334 foram palavras diferentes como resultado da junção dos termos com similaridade semântica executada pelo programa. No conjunto destas palavras, 23 envolveram o plano fatorial de correspondência, de acordo com a distribuição relativa de cada uma para o espaço fatorial.

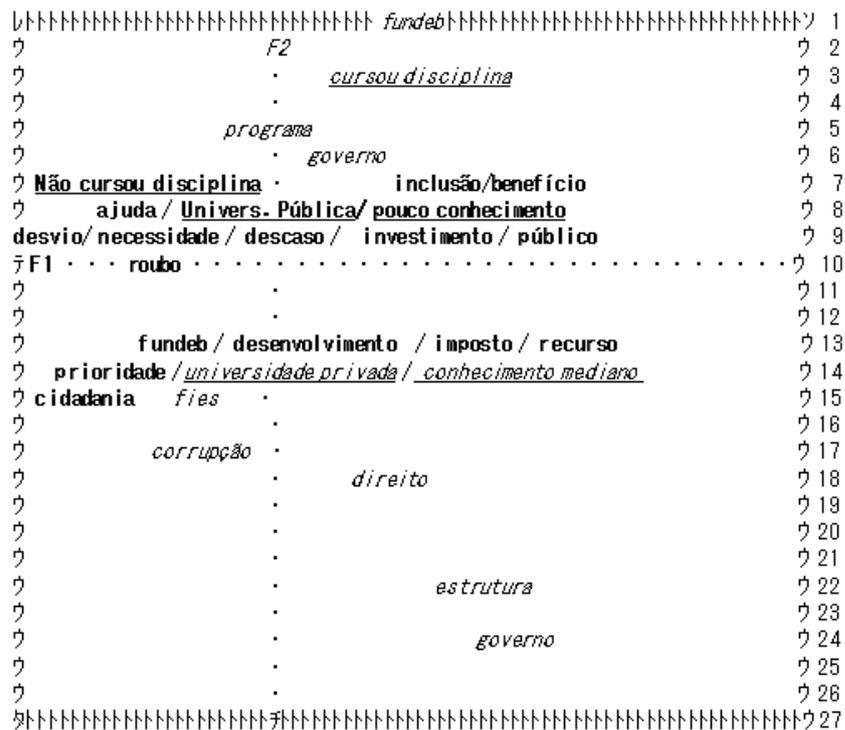
De forma pormenorizada, tais contribuições serão evidenciadas na Tabela 6 que demonstram, para o estímulo indutor financiamento da educação, as palavras que emergiram na Figura 1 e suas respectivas cargas fatoriais associadas às suas contribuições por cada um dos fatores processados pelo *software* (SARAIVA, 2007).

Para os participantes desta pesquisa, representaram o financiamento da educação como sinônimo de *fundeb, programa, governo, inclusão, benefícios, ajuda, desvio, necessidade, descaso, investimento, público, roubo, desenvolvimento, imposto, recurso, prioridade, cidadania, fies, corrupção, direito e estrutura*.

Seguindo o modelo interpretativo proposto por Saraiva (2007), as discussões acerca do universo consensual dos alunos de pedagogia sobre o financiamento da educação serão apresentadas no conjunto da análise e dos comentários sobre o plano fatorial de correspondência decorrente da análise efetuada no *software Tri-Deux-Mots*, de acordo com Figura 1.

A Figura 1 apresenta o plano fatorial de correspondência das representações sociais elaboradas pelos alunos da pesquisa, que foi construído a partir da leitura das modalidades, palavras evocadas ou campos semânticos, distribuídas de maneira antagônica sobre os dois eixos ou fatores (Fator 1 e Fator 2) do gráfico. Juntos, os dois fatores explicaram 52,2% da variância total das respostas e evidenciaram a análise das variáveis ou modalidades que tiveram contribuição superior a duas vezes a média das cargas fatoriais.

Figura 1. Plano fatorial das representações sociais acerca do financiamento da educação no contexto universitário.



Legenda:

- F1** (eixo positivo): negrito, horizontal.
- F2** (eixo negativo): itálico e sublinhado, vertical.
- Estímulo indutor:** Financiamento da educação.

Através do plano, verifica-se que o primeiro fator (F1), destacado em negrito na linha horizontal, expôs as maiores cargas fatoriais, explicando 25,8% da variância total de respostas dos estudantes. Neste eixo, à esquerda, revela as variáveis de opinião explicitadas pelos estudantes de pedagogia da universidade pública acerca da não abordagem de nenhuma disciplina sobre financiamento da educação. Para esse grupo, o estímulo indutor «financiamento da educação» é representado pelo conjunto de elementos: «desvio, necessidade, descaso, ajuda, roubo, fundeb, prioridade, cidadania e desenvolvimento».

Em oposição, no mesmo fator, identificaram-se as evocações dos estudantes da universidade pública, onde os universitários têm pouco conhecimento acerca do financiamento da educação. Este grupo objetivou o financiamento da educação como:

«*investimento, público, inclusão, benefícios, impostos, recursos, descaso e desenvolvimento*».

O Fator 2 (F2), na linha vertical do plano, representado em itálico, com um percentual de 19,2% da variância total de respostas, foi evidenciado por dois campos semânticos distintos. O primeiro, apresentado no campo superior do gráfico, identifica as evocações dos participantes que cursaram disciplinas que abordaram a temática do financiamento da educação. Neste grupo, os alunos associaram o financiamento da educação como: «*fundeb, programa e governo*».

Distintamente, no plano inferior, identificam-se as livres associações do grupo de alunos da universidade privada que possuem um conhecimento mediano acerca do financiamento da educação. Para estes estudantes, o financiamento da educação é representado por: «*fies, corrupção, direito, estrutura e governo*».

Desse modo, para estes grupos, reconhece-se que a ancoragem do financiamento da educação remete às políticas públicas. Nesse sentido, segundo Chiodini (2008), quando um estudante, ao ser provocado a expressar sua opinião acerca de financiamento da educação básica, evoca o nome de um dos programas do governo em que se distribuem os recursos financeiros, ele demonstra compreender a existência de uma política que respalda as ações na esfera educacional.

Azevedo (1997, p. 5) ressalta que

as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade.

Há também evocações como *benefícios, desenvolvimento, investimento, prioridade e cidadania*, que evidenciam a confiança de que com o financiamento da educação básica é possível conseguir ascensão da educação no país, baseada numa política pública que dê respaldo às demandas educacionais.

Podemos observar as livres associações do grupo dos alunos que caracterizaram o financiamento da educação como: *desvio, corrupção, descaso*,

roubo. Essa reflexão é encorajada por intermédio dos meios de comunicação e em conversa com os seus pares. Chiodini (2008) afirma que a mídia não costuma apresentar informações específicas sobre o financiamento da educação. Em geral, fazem críticas ou menções a fatos isolados.

Franco (2004, p. 170), em seu artigo *Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência*, afirma:

Sabemos que as representações sociais são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se pela linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo... e assim por diante. Estas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, *ancoradas* no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que a emitem.

Segundo Moscovici (2003), a comunicação social desempenha papel fundamental na formação das representações sociais, pois cria opiniões, atitudes e ideologias que produzem e cristalizam as representações.

Considerações Finais

O presente estudo teve como desígnio identificar as representações sociais de estudantes de pedagogia de universidade pública e privada sobre o financiamento da educação. Através desta proposta, foi possível acessar o universo consensual destes alunos da capital paraibana acerca do objeto de investigação em questão, o que permitiu a apreciação científica do conhecimento do senso comum forjado pelos futuros docentes no seu contexto de pertença grupal.

Poucos estudos foram encontrados com relação às representações sociais do financiamento da educação (CHIODINI, 2008). Esta pesquisa traz uma contribuição específica no âmbito das políticas públicas educacionais, a partir de uma teoria clássica da área, a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2003), tendo como objetivo principal apreender as representações sociais dos alunos de pedagogia

de universidade pública e privada da capital paraibana acerca do financiamento da educação. Considera-se que esse objetivo tenha sido alcançado.

Para tanto, o desenho metodológico utilizado possibilitou a compreensão sobre o objeto de estudo à luz dos próprios atores sociais. Com isso, destacou-se a importância da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) para a investigação do financiamento da educação através da identificação dos conteúdos representacionais explanados pelos jovens, que foi favorecido pela abordagem dimensional conduzida por Jodelet (2001).

Os resultados aqui encontrados destacaram que o conhecimento dos estudantes sobre financiamento da educação como política pública é visto em sua maioria como: *Fundeb, Fies, programa, governo, recurso*, ou seja, uma política com ação do Estado e somente deste. Não obstante, torna-se indispensável destacar algumas limitações da pesquisa, tais como: (1) a amostra dos universitários da universidade pública não ser semelhante à da universidade privada; (2) ser composta unicamente de universitários; e (3) ser formada por uma única região do país.

Por fim, espera-se que novas pesquisas sejam realizadas levando em consideração outras amostras (professores, gestores, equipe técnica pedagógica) e outras regiões, a fim de que os resultados aqui encontrados possam ser confirmados, ou mesmo que possam comparar grupos e regiões no que diz respeito à percepção sobre o financiamento da educação.

Referências

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes (Org.). *Representações Sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Universitária, 2001. p.27-37.

AMARAL, N. C. **Para compreender o financiamento da educação**. Brasília: Líber Livro, 2012. 224p.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BRASIL/CF. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1998.

BRASIL/MEC. Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=condicoes>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL/MF. **Arrecadação dos impostos Federais**. Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/29-10-2015-carga-tributaria-2014>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CHIODINI, C. R. **“Quero ver quem paga, pra gente ficar assim!”**: Representação social docente sobre o financiamento da educação básica. 2008. 135 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

COUTINHO, M. P. L.; SALDANHA, A. **Representações Sociais: práticas de pesquisa**. João Pessoa: Universitária. 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e Políticas de Financiamento em Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1028100.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DAVIES, N. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, 2006.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1994.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121>. Acesso em: 20 nov. 2021.

JODELET, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In D. Jodelet (Org), *As Representações Sociais* (p.17-41). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JÚNIOR, L. S. (Org.). **Política, Financiamento & Gestão Educacional**. João Pessoa: Ideia, 2015. 141.p.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MORA, M. **La teoría de las representaciones sociales**. Athenea Digital 2. Universidad Autónoma de Guadalajara. México, 2002.

KANG, Thomaz H. Descentralização e Financiamento da Educação Brasileira: Uma Análise Comparativa, 1930-1964. **Revista Estudos Econômicos**, vol 41, nº 3 - Jul-

Set, p. 573-598, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ee/v41n3/a04v41n3.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia, DF: Idéa, 1997.

MOSCOVICI, S. **Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

PÉREZ, I. A. La Teoría de las Representaciones Sociales. **Psicología Online**, v.1, n.1, 1-20, 2007. https://www.psicologia-online.com/articulos/2007/representaciones_sociales.shtml. Acesso em: 05 set. 2016.

PINTO, J. M. R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **Revista Científica Eccos**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/viewFile/457/440>. Acesso em: 20 nov. 2020

QUEIROZ, V. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC**. Universidade e Sociedade. Andes, sn, p. 44-57, 2015.

RAY, R. C; OPAZO, C. **Las Representaciones Sociales de calidad educativa presente en los discursos en medios escritos: Un análisis en el contexto del conflicto estudiantil en Chile 2011**. **Estud. pedagóg.** vol.39 no.1 Valdivia 2013. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052013000100004#a1 Acesso em: 23 fev. 2017.

SANTOS, J. B. **O financiamento da educação infantil no contexto do FUNDEB: Limites e contradições na expansão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em João Pessoa/PB – 2007 - 2013**. 2015. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VALA, J. **Representações sociais: Para uma psicologia social do pensamento social**. In. J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ⁱ **Giovanna Barroca de Moura**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7970-4323>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Coimbra - Portugal

Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de Coimbra. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bacharelado em Pedagogia, licenciatura em Psicologia e formação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Contribuição de autoria: teórica, aplicação dos questionários, análise dos resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3632243014562568>

E-mail: giovannabarroca@gmail.com

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2021

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

ii **Márcia Cristiane Ferreira Mendes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Centro Universitário Uninta, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Centro Universitário UNINTA.

Contribuição de autoria: Contribuiu com a escrita do texto, formatação e adequação para revista.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>

E-mail: marciacfmenes@gmail.com

iii **Ercules Laurentino Diniz**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4932-8915>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de Pós-Graduação em Educação (UFPB)
Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual da Paraíba. Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba.

Contribuição de autoria: Teórica e Aplicação dos questionários.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8467645983163709>

E-mail: ercules.diniz@hotmail.com

iv **Carlos da Silva Cirino**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4468-3686>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação (UFPB) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Formação e licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Contribuição de autoria: Teórica e Aplicação dos questionários.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7926399757987510>

E-mail: carlos-cirino@hotmail.com

v **Valdinélia Virgulino de Souza**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9684-0933>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação (UFPB)
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Educação e Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Contribuição de autoria: Teórica e aplicação dos questionários.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2401162138969815>

E-mail: val_nelha@hotmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

MOURA, Giovanna Barroca de; et al. Financiamento da educação: representações sociais elaboradas por estudantes do curso de pedagogia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.